

# Cresce movimento pelas dez parcelas

Desta vez, a reclamação foi além de antigas frases de contribuintes e de vereadores: em uma das salas da Assembléia Legislativa, ontem à tarde, representantes de entidades de advogados, engenheiros, economistas, corretores e inquilinos decidiram insistir com o prefeito Jânio Quadros para que o Imposto Predial e Territorial Urbano seja cobrado em dez parcelas e não em três ou oito. Foi uma reunião promovida pela bancada do PMDB na Câmara Municipal, com apoio de alguns deputados estaduais e até um ex-prefeito — Antônio Salim Curiati, do PDS, que administrou a cidade durante dez meses (em 1982/83). Na opinião de Curiati, "Jânio está errado".

Do encontro surgiu um documento exigindo as dez prestações "para todos", mas os vereadores também decidiram continuar passando a lista para convocação de sessão extraordinária da Câmara — ontem, durante a reunião, o vereador janista Antônio Carlos Fernandes acabou assinando, porém sem convicção (ainda faltam três assinaturas) — e estimular novos recursos na Justiça contra o aumento do número de parcelas do IPTU.

No entanto, nem tudo foi favorável aos organizadores da reunião: mesmo dizendo-se "do PMDB", o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Roberto Macedo, defendeu a necessidade de o IPTU ser pago com correção monetária: "Em um País de inflação elevada, caso a Prefeitura resolva cobrar em dez prestações tem que haver uma atualização, através da correção monetária. Querer dez parcelas sem correção é liquidar o orçamento da Prefeitura. Entendo que deve haver uma negociação política para solucionar o problema".

## Política também

Político é o que não faltou à reunião, no plenário D. Pedro I da Assembléia Legislativa. Pontualidade, sim, foi mais difícil: o encontro estava marcado para as 15 horas e começou com 45 minutos de atraso, aberto pelo deputado estadual Adilson Monteiro Alves, do PMDB, que chamou para a mesa coordenadora os vereadores de seu partido — Arnaldo Madeira, Marcos Mendonça, Walter Feldman, Edson Simões e Avanir Duran Galhardo (Ricardo Tripoli chegaria às 17 horas). Lá estavam também o vereador Antônio Carlos Fernandes (PMC), o deputado federal Antônio Salim Curiati (PDS) e o deputado estadual José Dirceu (PT).

Já que a reunião tinha sido convocada com o objetivo de "encontrar saída para o IPTU", foram convidados representantes de enti-

dades. E vários deles compareceram: Rubens Aprobato Machado, diretor da Ordem dos Advogados do Brasil (seção de São Paulo) e do Instituto dos Advogados de São Paulo; José Roberto Bernasconi, presidente do Instituto de Engenharia; Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis; Maria Elisa Barbosa, diretora do Movimento dos Inquilinos Intranquilos; Luigi Nesi, diretor da Federação do Comércio; Roberto Saruê, arquiteto, integrante do Movimento Defesa São Paulo; Eduardo Jardim, professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie; Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas.

## As sugestões

O presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, José Roberto Bernasconi, disse que "a cidade precisa de recursos financeiros para obras", mas que "a revisão da planta genérica, com a correção do imposto, não deve ser feita de repente". Para ele, "o IPTU é insustentável em três parcelas e deve haver um retorno ao sistema anterior de cobrança em dez prestações".

Essa mesma tese é defendida pelo arquiteto Roberto Saruê: "Quem trabalha recebe o salário mensalmente, paga o condomínio e as contas de luz e água também todos os meses. O mesmo deve acontecer com um imposto como o IPTU".

O advogado Rubens Aprobato Machado, que na sexta-feira conseguiu liminar para pagar o IPTU de seu apartamento em oito parcelas e não em três, propõe a entrada de mais ações de contribuintes na Justiça: "Os juizes são sensíveis às dificuldades dos cidadãos. A partir do momento em que o contribuinte paga em menos parcelas, acaba pagando mais imposto. Isso não está certo".

O ex-prefeito Antônio Salim Curiati compareceu à reunião representando o presidente do diretório regional do PDS, Sílvio Martini. Definiu-se "por dez parcelas" e ouviu do vereador Edson Simões (PMDB) um pedido: "Nesse caso, o senhor poderia convencer os vereadores do PDS a assinar a lista de convocação para a sessão extraordinária". Curiati respondeu que vai tentar, mas avisou que a bancada municipal do PDS tem posições próprias. Uma adesão à lista que não chegou a provocar entusiasmo do PMDB foi a de Antônio Carlos Fernandes: ontem, ele assinou, porém garantindo ser a favor de dez parcelas "com correção monetária". Dentro de uma semana, vence a primeira parcela de quem tem três prestações para pagar o IPTU.